

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO SÍTIO	CÓDIGO DA FICHA					
	RJ	RJ	00	10	F10	01
	UF	sítio	Loc.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		RIO DE JANEIRO
OUTRAS DENOMINAÇÕES		Rio
ESTADO		Rio de Janeiro
MUNICÍPIO		Rio de Janeiro
DISTRITO OU SUBDISTRITO		
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Mesquita, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Santo Antônio de Pádua, São Gonçalo, São João de Meriti.
	NO ENTORNO	

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS**.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**RJ****RJ****00****10****F10****01**

Bandeira oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: *Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.governo.rj.gov.br/brasaohinos.asp>. Acesso em: 10 jul. 2010.



Cristo Redentor com o Pão-de-Açúcar ao fundo.

Fonte: *Rio Turismo*. Disponível em: <http://www.rio-turismo.com/>. Acesso em: 10 jul. 2010.



Vista do Pico das agulhas, no parque Nacional de Itatiaia.

Fonte: *Rio Turismo*. Disponível em: <http://www.rio-turismo.com/>. Acesso em: 10 jul. 2010.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RJ	RJ	00	10	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS.

SÍNTESE

O projeto mapeou 32 terreiros de Candomblé no Estado do Rio de Janeiro, coletando informações a respeito da identificação dos lugares (terreiros) e localidades (cidades), além da história da religião de acordo com os babalorixás e yalorixás.

A abolição da escravidão, em 1888, marcou o início de um movimento de migração de negros baianos, que constituíram um grupo à parte na massa de ex-escravos e seus descendentes, para o Rio de Janeiro, haja vista as similitudes culturais com a Bahia. Logo, os negros baianos se concentraram no centro do Rio de Janeiro, nos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, o que fez essa região ser conhecida como “A Pequena África”. As “tias baianas”, como eram conhecidas as mães de santo, e seus terreiros garantiam acolhimento a quem chegasse à cidade. Assim, o candomblé mais uma vez se afirmou como uma estrutura de pertencimento familiar.

Assim, os terreiros passam a ser pontos estratégicos da popularização da cultura afro-descendente no Rio de Janeiro. Agregam tanto aqueles cuja história cultural e genética está na África, quanto os que estão construindo afinidades sócio-culturais. Sua existência se deve à energia de agregação inerente à cultura afro-descendente, que demanda a cooperação, o espírito de comunidade. Muitos se reuniram e fundaram as primeiras casas de candomblé da cidade, porém até hoje se houve falar em nomes como: João Alabá, Abedé, Guaiaku, Rozena, mãe Aninha de Xangô, Benzinho de Bamboxé, pai de Regina de Bomboxé (ainda viva), Procópio de Ogunjá e Cristóvão do Pantanal, porém quase todos já falecidos.

O número de terreiros foi crescendo e se expandindo para outras localizações que não o centro da cidade, em busca de terrenos maiores e maior liberdade de culto: a Baixada Fluminense e as Zonas Norte e Oeste do Estado do Rio de Janeiro foram às escolhidas porque ofereciam espaços verdes e repletos de elementos da natureza compatíveis com as necessidades do culto.

A dispersão e as dificuldades de locomoção, impostas pelas grandes distâncias entre os terreiros, geraram um relativo isolamento entre eles e as casas de origem, as matrizes, onde os encontros passaram a ocorrer apenas em dias de festa. Tal situação levou a esporádicas trocas de saberes, chegando a prejudicar o repasse de conhecimento a novas gerações, até mesmo à perda de algumas informações sobre as práticas ritualísticas, por tratar-se de um culto transmitido oralmente.

Os terreiros de candomblé do Brasil, desde o início de suas atividades na Bahia, no século XIX, vinham sendo combatidos e perseguidos pelos sucessivos governos. A partir de 1934, a Constituição brasileira garante a liberdade de credo em todo o território nacional, mas ainda havia segregação religiosa. Somente foi legitimada, na Constituição de 1988, com a promulgação da lei de direito a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

Nas décadas de 1950/60, com as comunidades-terreiros já mais estruturadas, grandes festas se tornaram famosas, como as ocorridas no Bate-Folha, nação Congo, com João Lesseng, em Anchieta, Zona Norte do Rio; o Asé Opó Afonjá, nação Ketu, com mãe Agripina, em Coelho da Rocha, São João de Meriti; na casa de Joãozinho da Goméia, o mais famoso babalorixá, nação Angola, em Duque de Caxias; no Asé de Mesquita, fundado por João Alabá, Dona Pequena, João Bankolê e tia Bibiana, herdado por Yá Davina, filha de Procópio de Ogunjá que, após falecer, deixou para sua neta, Meninazinha de Oxum, asé que é famoso e atuante até os dias de hoje.

Atualmente, podemos lembrar, em especial, das grandes contribuições do Pai Valdomiro de Xangô e de Yá Nitinha de Oxum, falecidos recentemente, mas que deixaram um legado de tradição e saberes para a comunidade do candomblé. Pai Valdomiro, também conhecido como Valdomiro Baiano, teve mais de 800 filhos-de-santo, foi feito por pai Cristóvão do Pantanal e criou o asé do Parque Fluminense, em Caxias. Superou três derrames e cinco pneumonias com sua fé nos orixás. Fundou a Associação Terreiro de Santo Antônio dos Pobres, em 1972, e formalizou o pedido de Tombamento do seu terreiro ao IPHAN (SAD 21398/06 MINC), em 18 de julho de 2006, como um dos seus maiores sonhos de vida, acreditando assim poder preservar o asé e o conhecimento acumulado ao longo dos anos.

Yá Nitinha de Oxum, fundadora do Asé Yá Nassó Oká Ilê Osun –Engenho Velho-Ketu, em 1961, e da Associação de Nossa Senhora das Candeias, recebeu os cargos de Iyatebexé e Iyaodê, da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, Bahia, e também de Iyagan, da Casa das Amoreiras, na Ilha de Itaparica, também naquele estado. Teve filhos-de-santo em Manaus e até na Argentina.

Quando se fala do candomblé no Rio de Janeiro, não se pode deixar de citar outros antigos zeladores(as), como: Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Beata de Yemanjá, Mameto Mabeji, Pai Ninô, Zezinho da Boa Viagem, Mãe Gisele Omindarewá, Mãe Regina Lúcia de Yemanjá, Mãe Edelzuita de Oxalá, Pai Zezito de Oxum, entre outros. No entanto, há que se exaltar também os “mais jovens” (aqueles, em média, com 20, 30 ou 40 anos de santo), que não deixam de cumprir os seus preceitos e tradições com empenho, rigor e dedicação, sempre determinados a seguir os exemplos de seus ancestrais, ajudando a preservar e dar seguimento a antigos asés.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RJ	RJ	00	10	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

--

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

4.1. LOCALIZAÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro localiza-se no Leste da região Sudeste do Brasil. Os Estados limites são Minas Gerais (N e NO), Espírito Santo (NE) e São Paulo (SO). A área territorial é de 43.910 km², segunda menor do Brasil (0,52%). As cidades mais populosas são: Nova Iguaçu, Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, São João do Meriti, Volta Redonda, Campos, Petrópolis e o Rio de Janeiro, capital do Estado.

(Fonte: IBGE)

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O Estado do Rio de Janeiro é formado por duas regiões morfológicamente distintas, a baixada e o planalto. O relevo é composto de planície litorânea com a presença de mares, lagos, lagoas, várzea, baías e lagoas. A paisagem do Estado apresenta contrastes como escarpas elevadas, tanto à beira mar como no interior, mares e morros, colinas e vales, rochas variadas recortadas pelo litoral. O ponto mais elevado do Estado é o Pico das Agulhas Negras, de 2.787 m de altura, na Serra da Mantiqueira. Outros maciços importantes são a Serra do Mar, dos Órgãos, da Estrela e da Bocaina. O clima é tropical atlântico e a vegetação de mangues, Mata Atlântica e Floresta Tropical. Encontram-se nas encostas montanhosas da cidade do Rio de Janeiro as duas maiores florestas urbanas do mundo: o Maciço da Pedra Branca e a Floresta da Tijuca, esta última com 3.200 hectares e considerada Reserva da Biosfera pela ONU. O Rio de Janeiro possui 635 km de costa banhada pelo Oceano Atlântico.

(Fonte: IBGE)

4.3. MARCOS EDIFICADOS

EM ANEXO – ver CD *Relação dos Bens Preservados – Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro*.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

5.1. RESUMO

A expedição de Gaspar Lemos, primeira enviada ao Brasil, adentrou em 1502 no que se pensou ser a foz de um rio, ao qual chamaram Rio de Janeiro. Hoje sabemos que esta área abrange a entrada da Baía de Guanabara. O território hoje ocupado pelo Estado ficava nas Capitanias de São Vicente e São Tomé. Em 1555 a região é invadida pelos franceses, que iniciam sua ocupação comandada pelo vice-comandante Villegagnon. O Governador Geral Mem de Sá expulsou os franceses em 1560, mas alguns deles conseguiram fugir e retornaram após a volta do governador a Salvador.

No primeiro dia de março de 1565, o Capitão Mor Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro entre os morros Pão de açúcar e Cara de Cão. Inicia-se, então, um segundo conflito com os franceses que durou até a expulsão destes em 1567, quando a cidade é realocada para o Morro do Castelo.

Em 1572, a colônia se subdivide em dois governos: Salvador e Rio de Janeiro. Durante o século XVII, dá-se início à construção dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar, a principal atividade econômica, seguida pelo Pau Brasil, sal e pesca. No século XVIII, com a corrida pelo ouro das Gerais, o Rio de Janeiro passa a ser ponto de partida e entreposto de passagem, juntamente com a capitania de São Vicente.

Em 1763, através de Carta Régia, a Coroa transfere a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. Porém, no

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RJ	RJ	00	10	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

fim do século, a decadência da mineração desloca a economia novamente à lavoura açucareira, principalmente em Campos.

Em março de 1808 a família Real e a Corte portuguesa chega no Rio de Janeiro. Assim, a cidade passa por uma ampla reforma para se adequar ao modo de viver da corte européia. Em 1815, o Brasil se torna Reino Unido a Portugal e Algarves, sendo o Rio de Janeiro a única capital sul-americana a ter governado um país europeu até os dias atuais.

Ainda no século XIX, o café cultivado em Angra dos Reis, Parati, do Vale do Paraíba até as encostas da serra fluminense passa a ser a principal atividade econômica. Alguns anos à frente, já tendo a independência proclamada, o imperador D. Pedro I decide abdicar de seu trono em 1834. No mesmo ano, a Lei Ato Adicional separa da Província a cidade do Rio de Janeiro, que passa a ser denominada Município Neutro. A cidade de Niterói passa a capital da Província. A separação durou até 15/3/1875.

Por iniciativa do Barão de Mauá, a fim de facilitar o escoamento da produção açucareira, é construída a primeira Estrada de Ferro do Brasil (1854) ligando o porto de Mauá (atual Magé) à Raiz da Serra da Estrela (Petrópolis). Em pouco tempo mais nove municípios seriam servidos por esta via férrea. A Província do Rio de Janeiro permaneceu como a maior produtora de café do País até a abolição da escravidão, quando a produção entra em crise.

Em 1889, após a Proclamação da República, a Província passa a se chamar Estado do Rio de Janeiro e o município neutro, Distrito Federal. Em 1894, a capital do Estado é transferida para Petrópolis, retornando nove anos depois a Niterói.

No início do século XX, o Rio de Janeiro perde sua importância para São Paulo e Minas Gerais. Algumas regiões substituem o café por pecuária. Inicia-se o cultivo de banana e laranja em escala econômica na baixada fluminense, além das atividades tradicionais.

Em 1941 é inaugurada a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Durante a década de 1950, a produção industrial aumenta e se moderniza com a inauguração de fábricas, indústrias e hidrelétricas. No ano de 1960 o Rio de Janeiro deixa de ser a capital do país, que é transferida para Brasília. O antigo distrito federal torna-se Estado da Guanabara e em 15/3/1975 funde-se o então Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro.

(Fonte: FERREIRA, João da Costa. *Coleção Memória do Rio*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1933)

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
1/1/1502	Chegada dos portugueses.
1531	Inicia-se efetivamente a colonização.
1555	Início da ocupação francesa.
1/3/ 1565	Fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
1567	Fim da ocupação francesa.
1763	A Coroa transfere o governo da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.
1808	Chegada da família Real portuguesa.
1/ 8/ 1834	A Lei Ato Adicional separa da Província a cidade do Rio de Janeiro.
15/3/1875	Fim da separação entre Província e Cidade.
1889	A Província passa a se chamar Estado do Rio de Janeiro e o município neutro, Distrito Federal.
1894	A capital do Estado é transferida de Niterói para Petrópolis.
1903	A capital volta a ser Niterói.
1960	Transferência da capital para Brasília.
15/3/1975	Funde-se o Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RJ	RJ	00	10	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

6.1. POPULAÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro divide-se em 92 municípios. A População é de 15.420.375 (2007) sendo 96% urbana e 4% rural, 8,47 % da população nacional. Distribuição por sexo: 6.900.335 homens e 7.490.947 mulheres (2000). Distribuição por sexo e situação de domicílio: 6.603.891 homens e 7.217.575 mulheres em áreas urbanas; 296.444 homens e 273.372 mulheres em áreas rurais. Domicílios particulares permanentes ocupados: 4.253.763 (2000).

(Fonte: IBGE)

6.2. QUALIDADE DE VIDA

PIB: Segundo dados do CIDE o PIB total do Estado, em 2001, foi de 216 bilhões de reais, 15,29% do PIB Nacional. A população economicamente ativa (PEA) é 5.629.997(1999-CIDE). O Rio de Janeiro é a segunda maior economia do Brasil, com 14,4 milhões de consumidores. As principais atividades econômicas são o turismo, a indústria (metalúrgica, siderúrgica, química, extração mineral, alimentícia, mecânica, derivados do petróleo e naval) e a agropecuária (produção de cana-de-açúcar, laranja, banana, tomate, milho, arroz, feijão, entre outros). No município de Campos dos Goytacazes se encontra a maior parte da produção de petróleo do País.

(Fonte: IBGE)

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina contam com mais de 70% de sua população de empregados, com carteira de trabalho. No caso dos trabalhadores domésticos, houve um aumento significativo na formalização do trabalho, passando de 18% para 25%, no período, ainda que bastante diferenciados no país, variando de 32,1% no Sudeste para 6,8% no Norte.

Em relação ao rendimento médio dos ocupados, houve aumento de R\$402,50 para R\$521,10, de 1992 para 1999, com grandes variações tanto regionais quanto de distribuição de renda. No Sudeste, o valor médio foi de R\$631,20 enquanto no Nordeste, de R\$314,70. Também, as diferenças são acentuadas entre os 10% mais ricos, que têm um crescimento substancial nos rendimentos, passando de 13,30 salários mínimos para 18,40 na década, enquanto os 40% mais pobres passaram da fração de 0,70 para 0,98 do salário mínimo.

(Fonte: IBGE)

6.4. EDUCAÇÃO

Taxa de analfabetismo: 6,9% (1999)

(Fonte: IBGE)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

RJ

RJ

00

10

F10

01

7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS(Fonte: <http://www.guianet.com.br/rj/maparj.htm>, Acesso em 16/02/2009)

Mapa do Rio de Janeiro entre 1573-1578

(Fonte: www.sao-cristovao.com/primeiromapa800.htm, acesso em 20/02/2009)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO				RJ	RJ	00	10	F10	01
--------------------------------------	--	--	--	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Segundo o site do INEPAC – instituo Estadual do patrimônio Estadual:

Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969.

Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981.

Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada a 5 de outubro de 1989.

Decreto nº 23.055, de 16 de abril de 1997.

Segundo o site do INEA – Instituto Estadual do Ambiente:

Constituição do Estado do Rio de Janeiro
Capítulo do Meio Ambiente (artigos 261 ao 282)

Lei Estadual nº 1.071/86
Dispõe sobre a criação e estrutura do IEF/RJ

Decreto Estadual nº 10.893/87
Dispõe sobre a regulamentação da Lei Estadual nº 1.071/86

Decreto Estadual nº 11.782/88
Dispõe sobre a transformação do IEF/RJ de Instituto para Fundação

Decreto Estadual nº 12.814/89
Altera o Decreto Estadual nº 11.782/88

Lei Estadual nº 1.315/88
Dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro

Lei Federal nº 6.938/81
Dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente

Lei Federal nº 4.771/65
Institui o Código Florestal

Lei Federal nº 9.605/98
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente

Lei Federal nº 9.985/00
Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

Decreto Federal nº 4.340/02
Regulamenta artigos da Lei Federal nº 9.985/00 – SNUC

Lei Estadual nº 2.393/95
Dispõe sobre a permanência de populações tradicionais residentes em unidades de conservação

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO		RJ	RJ	00	10	F10	01
-------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

Decreto-Lei nº 221/67

Institui o Código de Pesca

Lei Federal nº 7.679/88

Dispõe sobre a proibição da pesca no período de reprodução

Lei Estadual nº 2.423/95

Dispõe sobre a pesca nos cursos d'água

Lei Federal nº 5.197/67

Dispõe sobre a proteção à fauna

Decreto Federal nº 750/93

Dispõe sobre a exploração de Mata Atlântica

Lei Estadual nº 3.467/00

Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Estado do Rio

Lei Estadual nº 3.187/99

Institui a taxa florestal

Decreto Estadual nº 40.909/2007

Dispõe sobre a RPPN como unidade de conservação de proteção integral do Estado

Resolução SEA 038/2007

Regulamenta o Decreto Estadual nº 40.909/2007

Decreto Estadual 40.979/2007

Define os parâmetros para as Estradas-Parque no Estado do Rio

Decreto Estadual 36.930/2005

Regulamentação do Uso de Imagem nas Unidades de Conservação do Estado do Rio

Unidades de Conservação

Decreto Estadual nº 17.981/92

Cria a Reserva Ecológica da Juatinga

Decreto Estadual nº 31.343/2002

Cria o Parque Estadual dos Três Picos

Lei Estadual n.º 2.377/74

Cria o Parque Estadual da Pedra Branca

Decreto Estadual "E" n.º 2.853/69

Cria o Parque Estadual da Chacrinha

Lei Estadual n.º 1.901/91

Cria o Parque Estadual da Serra da Tiririca

Lei Estadual 5.079/2007

Delimita o Parque Estadual da Serra da Tiririca

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO		RJ	RJ	00	10	F10	01
-------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

Decreto-lei Estadual n.º 250 /70

Cria o Parque Estadual do Desengano

Decreto Estadual nº 7.121/83

Delimita o Parque Estadual do Desengano

Decreto Estadual n.º 1.921/78

Cria a Reserva Florestal do Grajaú

Decreto Estadual nº 32.017/2002

Reavalía a Reserva Florestal do Grajaú e altera sua denominação

Decreto Estadual n.º 7.549/74

Cria a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba

Decreto Estadual n.º 5.415/82

Redelimita a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba

Decreto Estadual n.º 32.365/2002

Redelimita a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba

Decreto Estadual nº 9.452/86

Cria a Área de Proteção Ambiental de Tamoios

Decreto Estadual nº 20.172 1/94

Institui o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios

Decreto Estadual nº 15.273/71

Cria o Parque Estadual da Ilha Grande

Decreto Estadual nº 16.067/73

Demarca o Parque Estadual da Ilha Grande

Decreto Estadual nº 2.061/78

Dispõe sobre o Parque Estadual da Ilha Grande

Decreto Estadual nº 2.648/79

Acrescenta dispositivo no Decreto Estadual nº 2.061/78 (Parque Estadual da Ilha Grande)

Decreto Estadual nº 15.983/90

Cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro

Decreto Estadual nº 4.972/81

Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul

Lei Estadual nº 1.775/90

Cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio dos Frades

Decreto Estadual nº 38.183/2005

Cria a Área de Proteção Ambiental de Gericinó-Mendanha

Decreto Estadual nº 8.280/85

Cria a Área de Proteção Ambiental da Floresta do Jacarandá

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RJ	RJ	00	10	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

Decreto Estadual nº 29.213/2001

Cria a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima

Decreto Estadual nº 9.802/87

Cria a Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba

Decreto Estadual nº 7.230/84

Cria a Área de Proteção Ambiental de Marica

Decreto Estadual nº 9.529/86

Cria a Área de Proteção Ambiental de Massambaba

Decreto Estadual nº 36.812/2004

Cria a Área de Proteção Ambiental de Sepetiba II

Decreto Estadual nº 31.346/2002

Cria a Área de Proteção Ambiental do Pau Brasil

Lei Estadual nº 4.018/2002

Cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu

Decreto Estadual nº 15.136/90

Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Sapiatiba

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

A dificuldade de acesso aos terreiros.

9.2. RECOMENDAÇÕES

Projetos de salvaguarda dos terreiros que forem considerados patrimônio.

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Para lista dos documentos localizados, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RJ	RJ	00	10	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	F11 - Ficha de Identificação de Localidade – Rio de Janeiro; F11 - Ficha de Identificação de Localidade – Belford Roxo; F11 - Ficha de Identificação de Localidade – Duque de Caxias; F11 - Ficha de Identificação de Localidade – Itaboraí; F11 - Ficha de Identificação de Localidade – Mesquita; F11 - Ficha de Identificação de Localidade – Nova Iguaçu; F11 - Ficha de Identificação de Localidade – Santo Antônio de Pádua; F11 - Ficha de Identificação de Localidade – São Gonçalo; F11 - Ficha de Identificação de Localidade – São João de Meriti
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	RJ_00_10_F1_A1
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	RJ_00_10_F1_A2
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	RJ_01_10_F1_A3, RJ_02_10_F1_A3, RJ_03_10_F1_A3, RJ_04_10_F1_A3, RJ_05_10_F1_A3, RJ_06_10_F1_A3, RJ_07_10_F1_A3, RJ_08_10_F1_A3, RJ_09_10_F1_A3
ANEXO 4: CONTATOS	RJ_01_10_F1_A4, RJ_02_10_F1_A4, RJ_03_10_F1_A4, RJ_04_10_F1_A4, RJ_05_10_F1_A4, RJ_06_10_F1_A4, RJ_07_10_F1_A4, RJ_08_10_F1_A4, RJ_09_10_F1_A4
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	01 – Rio de Janeiro: F50 - Dote Luís de Iansã; F50 - Mameto Mabeji; F50 - Pai Alexandre de Oxossi; F50 - Oya Gindé; F50 - Mãe Regina de Oxossi; F50 - Mameto Madosã; F50 - Mãe Lissá; F50 - Pai Alberto de Yansã; F50 - Mãe Edelzuita de Oxalá; 02 – Belford Roxo F50 - Pai Zezito de Oxum; F50 - Pai Ricardo de Obaluayê - Omolubá Onixegum; 03 – Duque de Caxias: F50 - Pai Gustavo de Ogum; F50 - Mejitó Helena de Dan; F50 - Pai Reginaldo; F50 - Pai Valdemiro de Xangô; F50 - Pai Bira de Xangô; F50 - Mãe Gisele de Omindawréa; 04 – Itaboraí: F50 – Pai Aguiar de Oxossi; 05 – Mesquita: F50 - Mãe Palmira; 06 – Nova Iguaçu: F50 - Pai Nino; F50 - Pai Gun Jobi; F50 - Ojé Salé ou Ojé Josiel; F50 - Mãe Beata de Iemanjá; F50 - Ya Nitinha de Oxum; F50 - Pai Zezinho da Boa Viagem; F50 - Pai Ronaldo de Oxalaguan; 07 – Santo Antônio de Pádua: F50 - Mãe Zezé; 08 – São Gonçalo: F50 - Pai Ícaro de Oxossi; F50 - Mãe Deuzimar; F50 - Pai Miguel; 09 – São João de Meriti: F50 - Mãe Regina Lúcia; F50 - Mãe Meninazinha de Oxum.

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Márcia Netto e Fabiana Pereira da Motta.		
SUPERVISOR	Monica da Costa		
REDATOR	Márcia Netto e Fabiana Motta	DATA 28/01/2010	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Márcia Netto		